

GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Maria Anita Vieira Lustosa*

Márcia Gardênia Lustosa Pires**

Desejo inclui necessidade é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo.

Karl Marx

Introdução

O presente capítulo desenvolve algumas reflexões sobre a educação feminina no Brasil, examinando concisamente o seu percurso histórico na sociabilidade do capital, destacando as primeiras iniciativas de instrução para mulheres desde o período colonial, os avanços e recuos das ações educativas implementadas no decurso da história, revelando as trajetórias das possíveis conquistas da mulher na luta pelo direito à escolarização. Dessa forma, este ensaio busca compreender o papel da educação no que concerne à sujeição feminina a um padrão de sociedade antagônico. Para tanto, destaca o esboço histórico para elaboração de um modelo educacional erguido sobre as bases de uma cultura patriarcal em que se observa a condição de submissão social do papel feminino.

Cabe evidenciar, portanto, que a vinda dos jesuítas para o Brasil, em 1549, configurou um marco inicial para a história

* Mestra em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará (UFC); graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora do curso de Pedagogia e Serviço Social da Faculdades Cearenses, coordenadora do curso de especialização da Universidade Aberta do Brasil – UAB; pesquisadora ligada ao Laboratório de Estudos do Trabalho (LABOR) do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (UFC).

** Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; pesquisadora ligada ao Laboratório de Estudos do Trabalho (LABOR).

da educação brasileira, haja vista o fato de que, durante longo período, quase somente eles foram os educadores brasileiros. A imposição de uma reprodução cultural, ideológica e política no Brasil acarretou transformações significativas, que, além de novos valores, inaugura um momento marcante para a educação brasileira, uma nova fase que demandou grandes consequências para o povo.

Pensar a educação no Brasil, portanto, obrigatoriamente, remete-nos a esse momento histórico importante, notadamente pelas mudanças socioculturais impostas à nossa civilização e, conseqüentemente, pela expansão do domínio português sobre nossa terra. Como observa Teixeira (1976), a história do período colonial brasileiro foi de fato caracterizada por interesses contraditórios. Diziam os que chegaram ter vindo para difundir a religião, catequizar e ensinar, mas em seus interesses sempre estiveram imbuídos de exploração. Nesse contexto, as missões jesuíticas de combate à heresia e divulgação, de conceitos religiosos marcam significativamente a imposição cultural e ideológica que permeou todo esse período.

Na perspectiva de Azevedo (1963), os missionários aqui aportados com o fito de colonizar tinham o compromisso com a Igreja em difundir a religiosidade cristã, propagar a fé, e principalmente ministrar a educação, a ser usada como instrumento de dominação cultural a fim de consolidar o poder que a religião católica havia conquistado, mediante técnicas de imposição ideológica e de educação religiosa.

É emblemático o fato de que, durante os tempos da colonização, os missionários por onde passavam fundavam uma igreja e, logo ao lado uma escola, no intuito de catequizar e educar o gentio. Tal iniciativa dos missionários deixa transparecer as intenções subjacentes a esse modelo de "educação" que então se implementava em terras brasileiras, cabendo ainda destacar a noção de que esse ofício de instrução era algo que poderia ser desfrutado, exclusivamente, pelos homens, fossem eles indígenas ou colonos.

Em face de tais considerações, parece evidente a distinção de classes e de sexo, num contexto em que não se

considerava a mulher como figura social merecedora nem mesmo de receber esse incipiente modelo de instrução. Nessa perspectiva, sem dúvida, a temática da educação feminina constitui fato instigante a ser discutido na perspectiva da totalidade social em face das contradições inerentes ao modelo de sociedade vigente.

Notadamente no tocante à educação, é válido assinalar que esta revela o tratamento inferior dispensado à mulher naquele período, uma vez que esta era havida como espécie de ser sem relevância que não exercia papel social de destaque, sendo igualada, na maioria das vezes, aos escravos, que não tinham direito nem mesmo à liberdade de expressão. Como anota Almeida (2004, p.66),

quando alguns pais mais esclarecidos entendiam que suas filhas deveriam aprender a ler e escrever, isso acontecia dentro dos lares, e aquilo que lhes ensinavam era muito diferente do que era oferecido aos meninos.

Com efeito, o destino das mulheres era o recolhimento nos conventos ou a sina de casamentos arranjados pelos pais. Sua instrução restringia-se a aprender a coser, bordar, realizar atividades relacionadas aos cuidados da casa, do marido, dos filhos, dentre outros afazeres domésticos.

Assim, vemos que, arraigada a esse modelo de educação, é expressa a condição de supremacia masculina, constituída socialmente na cultura dos colonizadores e transplantada juntamente com as intenções de instrução. Percebe-se, portanto, que a educação então implementada no nosso país não se restringia apenas à condição de estrato social, pois se verifica o fato de que tanto as mulheres ricas como as que pertenciam a uma camada social menos favorecida não tinham direito ou acesso à formação intelectual alguma.

É importante destacar o fato de que fora dos indígenas que surgiram os apelos iniciais de educação para as mulheres, haja vista estes solicitarem que suas companheiras recebessem a mesma instrução que lhes era destinada. Talvez um dos principais motivos para que os índios reivindicassem

instrução para suas mulheres decorra do grau de importância que elas exerciam nas tribos e pelo fato de eles viverem em condição de harmonia com suas mulheres, portanto, não se via motivos para condená-las ao analfabetismo (RIBEIRO, 2007). Ainda sobre esse aspecto, os relatos do Pe. Anchieta identificam o fato de ser relevante o número e a frequência de mulheres participantes nos catecismos. Na época, entretanto, não foi possível iniciar uma educação para as indígenas, haja vista que a corte portuguesa considerava esse movimento fato perigoso.

Assim, com suporte na condição das mulheres da Corte, a educação pleiteada pelos indígenas para as suas mulheres fora negada, pois se acreditava não haver motivos para se instruir as indígenas, consideradas, inclusive, como selvagens. Apesar da não autorização da corte portuguesa, no entanto, indígenas conseguiram transgredir tais regras e ser alfabetizadas.

Pelo exposto, percebe-se que muitos foram e são os desafios enfrentados pelas mulheres para tornar possível seu acesso a algum tipo de instrução, uma vez que esta, durante longo período, permanecera como um direito restrito ao âmbito masculino. Neste sentido, procuraremos demonstrar ainda como ocorreu o enredo histórico de um modelo de educação que contribui em muito para a conformação da condição feminina em nossa sociedade.

Mulheres Educandas e Educadoras

Evidencia-se, portanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a total desconsideração à instrução feminina, centrada na imposição de normas sociais que impediam as mulheres de atuar em outros âmbitos que não o familiar, e até mesmo de saírem às ruas, desacompanhadas. Para Almeida (2004), esse foi o panorama evidenciado durante muito tempo, e as sutis mudanças notadas na educação feminina foram administradas, de forma preliminar, restringindo-se a aulas de ensino elementar, com um pouco de Gramática e Aritmética, ministradas em ambiente domiciliar por docentes

muitas vezes leigos, haja vista a carência de professores naquele período.

A despeito deste fato, a sociedade burguesa em ascensão consolidou outro papel para as mulheres, na realidade, caracterizado por antigas tarefas travestidas de novos significados. Assim, a mulher passou a se dedicar prioritariamente às atividades domésticas, aos cuidados e à educação dos filhos. Corroborando esta ideia, Almeida (2004) expressa que o casamento e a maternidade eram a salvação para uma mulher honesta tornar-se esposa e mãe de família. Desta feita, o ideal feminino criado desde meados do século XIX fora inspirado na cultura patriarcal vigente e nos dogmas do Cristianismo, que instituíam formas de comportamento a serem seguidas pelas mulheres e exaltavam virtudes femininas, como a castidade e a abnegação, impostas pela Igreja Católica. Foi nessa época que as escolas, reservadas apenas aos homens, ensaiaram um espaço de acesso à educação feminina.

Vale aqui acentuar o fato de que, em virtude das mudanças sociais que se evidenciavam, alguns avanços se expressavam com a possibilidade de meninos e meninas até frequentarem as mesmas salas de aula. O que se percebe, todavia, portanto, é que essa educação aparentemente igual para os dois sexos se diferenciava nos objetivos, pois, quando os meninos começavam a demonstrar que estavam aptos a aprender Latim, Francês e/ou Geometria, eles eram separados das meninas, que seguiam para outro tipo de instrução, sendo destinada às mulheres uma instrução que lhes garantisse o desenvolvimento de suas tarefas domésticas. Dessa forma, mesmo quando se permitiu na sociedade um mínimo de instrução à mulher, esta foi eivada de interesses contraditórios.

O acesso das mulheres aos bancos escolares no início do século XX e a conseqüentemente inserção em algumas profissões não modificou seu estado de submissão social, pois, aos trabalhos realizados por mulheres, ainda estava atrelada a conotação do cuidado ou do zelo, que faziam de ofícios como professora, enfermeira ou parteira, funções mercedoras de

realização pelas mulheres, justamente por terem estas qualidades inerentes à natureza feminina.

Merece destaque, conforme anota Almeida (2004), o fato de se atribuir à figura feminina a “missão de ensinar”, ideal que perdurou durante muito tempo em nosso cenário social. É importante notar que tal fato decorre, em parte, da necessidade surgida, após a proclamação da República, de se ampliar o acesso à educação por meio da democratização da escola. Nesse período, emergiu o interesse em se investir na criação de cursos que preparassem mulheres jovens que não pertenciam às camadas sociais abastadas, para que recebessem instrução primária e posteriormente ministrarem aulas, como forma de recompensa pela instrução recebida.

Tais iniciativas constituem tentativa de atendimento a uma demanda social cujo objetivo era expandir as oportunidades de ensino e, conseqüentemente, suprir a carência de professores naquele período. Cabe destacar a noção de que, mesmo com o funcionamento desses estabelecimentos, as escolas normais públicas não eram suficientes para atender a demanda. Mesmo com tais mudanças e com um quadro significativo de mulheres nas escolas, as aulas ainda eram ministradas em salas separadas por sexo e o tipo de educação a elas destinada centrava-se nos estudos dos afazeres domésticos e da música, juntamente com o ensino do Português e da Matemática, dentre outras disciplinas.

Evidencia-se, portanto, um panorama em que a educação é tomada como um importante instrumento para a manutenção da sociedade tradicional. Como assinala Almeida (2004), instruir o sexo feminino passou a ser de significativa importância, por ser difundida a ideia de que seria necessário educar as mulheres para tornar melhores os homens. Desta feita, a figuração da mulher como educadora funcionava como uma espécie de prolongamento das funções maternas, passando a fazer parte de um projeto civilizador do país, cumprindo uma função de educar as futuras esposas e mães.

Assim, o ingresso das mulheres nas escolas normais e, posteriormente, como educadoras representou uma via

possível de inserção da mulher na vida social, mesmo se perpetuando a ideia de elas serem educadas mais para serem esposas agradáveis do que para a elevação de seu potencial intelectual.

Com efeito, as primeiras décadas do século XX também foram palco para muitas reivindicações femininas, como direito à instrução, ao exercício da profissão e, principalmente, direito ao voto, que se configurou como conquista significativa para as mulheres nesse período. Embora esses direitos tenham sido garantidos, inclusive em instrumentos jurídicos, nota-se que, na prática, essas vitórias parciais não passam de variadas formas de se aprisionar cada vez mais a mulher à circunstância de dominada e de explorada.

Trabalho e Educação: a Inserção da Mulher no Mercado Formal de Trabalho e a Conquista do Direito à Educação na Sociedade Contemporânea

É incontestável o fato de que significativos avanços podem ser percebidos no processo histórico de reivindicação das mulheres no sentido de conquistar o direito à instrução e à inserção no mercado de trabalho formal. Para efeito do que discutiremos, é importante frisar que, com a Revolução Industrial, a mulher passou a ser inserida no mercado de trabalho, embora com uma participação ainda pequena. Como assinala Nogueira (2004)

A mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para ela postos de trabalho onde antes não existiam (mesmo se esse foi seguramente o caso em algumas áreas), mas porque no decurso da mesma ela se tornou uma figura perturbadora e visível. (p.15).

Na sociedade atual, vivencia-se a crescente presença feminina na participação social, no mercado de trabalho e em ocupações consideradas, anteriormente, reduto masculino. Tais mudanças ocorreram, em parte, em virtude das transformações ocorridas no mundo da produção,

desencadeadas a partir da Revolução Industrial, que, além de novos valores e normas de conduta, trouxeram a inserção da mulher nessa esfera socioeconômica, considerando-se que os postos de trabalho abertos às mulheres não podem ser vistos apenas como conquistas, mas, nomeadamente, como situações históricas que requerem mão de obra para o labor. Revela-se é o fato de que tal situação traz outras exigências para as mulheres e ainda muitas são as dificuldades enfrentadas, como discriminação, preconceito de ordens diversas e que há muito a ser feito para superar o estado de exploração e de domínio, não somente no âmbito feminino, mas também de toda a condição humana.

É verdade que as transformações ocorridas nas mais variadas esferas da vida social, econômica, política e cultural acarretaram implicações significativas para a condição histórica da mulher, notadamente no que diz respeito a sua inserção na esfera produtiva. A análise mais detida desse aspecto, no entanto, pode revelar que as mudanças sucedidas na aparência fenomênica da realidade conformam a essência da exploração, do domínio e da sujeição feminina. Tal fato pode ser verificado em estudos como os de Walby e Jenson, citados por Toledo (2005), quando revelam que as relações de produção com o advento da globalização reforçam não um estado de igualdade e sim a desigualdade entre homens e mulheres.

O Estudo "Trajetória da Mulher na Educação Brasileira", realizado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), revela que as mulheres são maioria entre os alunos de todos os níveis no Brasil, e que, em média, elas têm de um a dois anos de estudo a mais do que os homens. Cabe considerar, todavia, a noção de que os resultados positivos no que diz respeito ao esforço de escolarização feminina não se traduzem em melhor posição para a mulher no mercado de trabalho, pois os salários pagos a elas retribuídos ainda são, em média, 30% menores dos que aos pagos aos homens (BRASIL, 2005).

Assim, é possível perceber que, no mundo do trabalho, a questão de gênero acarreta consequências ainda mais graves para o sexo feminino no concernente à exploração humana, pois, na maioria dos casos, mesmo tendo um nível mais elevado de escolarização, as mulheres ainda se encontram em situação inferior, tanto no tocante ao desemprego como no que diz respeito à retribuição financeira pelo seu trabalho. Como assinala (NOGUEIRA, 2004):

[...] a igualdade de salários entre homens e mulheres não existe em nenhuma parte em toda a Europa, evidencia, as mulheres têm salários significativamente menores que os homens. Mas ainda durante o decênio 1980/1990, essas ilegalidades foram acrescidas em um conjunto de países, como é o caso da Itália, Dinamarca e Portugal. Os últimos dados de que nós dispomos relativos à Europa mostram que os desníveis de salários se escalonam entre 10% e 32%" (p. 47).

Cumpre-nos evidenciar a ideia de que, sob a égide do capital, o trabalho assume caráter negativo e se realiza em condições de estranhamento (MARX, 2004). É oportuno considerar a inserção da mulher no mercado de trabalho, sob a forma de organização social estranhada, como questão bastante complexa, pois, em uma leitura apressada, a exacerbção da exploração do trabalho feminino, muitas vezes, pode ser compreendida como uma "conquista social" na busca pela "emancipação feminina". Não obstante, tal fato merece ser analisado no contexto da totalidade do real, articulado às relações sociais de classe, ante a ofensiva do capital.

No panorama socioeconômico do mundo globalizado, a educação precisa ser repensada, considerando que ela constantemente é situada no seu aspecto de conservação das relações de dominância de um estrato sobre o outro, e de um sobre o outro sexo. É necessário refletir a educação na sua grandeza total, o que exige repensar a sua função na sociedade capitalista, uma vez que esta se insere num âmbito determinado por aspectos socioeconômicos e políticos que interferem em diversos lugares sociais.

Dessa forma, muitas são as questões que persistem e/ou emergem desse processo, como a discriminação e o preconceito contra a mulher, a precarização das condições de trabalho e o desemprego, dentre outros problemas manifestos no decurso de atuação da mulher no âmbito social.

Notas Conclusivas

É oportuno considerar a ideia de que, com o desenrolar histórico, a necessidade de instrução e de educação femininas configurou-se como via possível de "libertação" do estado social imposto às mulheres. O que poderia, porém, ser um mecanismo capaz de romper com a subordinação e a contingência submissão social a que estavam relegadas e/ou uma possibilidade de ascensão social tornou-se mais um instrumento opressor do que de libertador, pois o tipo de educação ministrada no modelo social capitalista direcionava-se no sentido da manter a hegemonia vigente.

Portanto, pensar a educação numa perspectiva emancipadora pressupõe romper com um modelo de sociedade opressivo e baseado na exploração humana. Assim, no que é pertinente à condição feminina nesse modelo de sociabilidade, percebe-se que todos os esforços foram direcionados não para uma formação humana mais geral da mulher, como gênero humano, mas com a preocupação de que esta aceitasse sua submissão e a conformação social.

Como anota Almeida (2004), é evidente o interesse em educar as mulheres para que continuassem a exercer funções sociais de acordo com os anseios de uma sociedade marcada por uma imposição cultural autoritária e patriarcal que lhes impossibilitasse de exercer funções transgressoras das normas então em curso.

Destarte, a necessidade de se ampliar o acesso à educação, as transformações sociais e as mudanças no modo de produção contribuíram significativamente para viabilizar sua inserção no mercado de trabalho. Com efeito, elas, assim como os homens, têm de enfrentar extensas jornadas de trabalho, todavia, em troca de salários menores, perpetuando, assim, seu estado social submisso até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Ed. Autores Associados LTDA, 2004.

BRASIL. Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003. GODINHO, Ítatan ... *et al.* (Orgs.). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, Brasília: MEC, 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1 – O Processo de produção do capital. v. I, 12. ed. Tradução Reginaldo Sant'Ana. 1988.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret: 2004.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOGUEIRA, Cláudia Mazei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras. In: Ministério da Educação e e Cultura – MEC. Brasil. *Educação no Brasil: textos selecionados*. Brasília: MEC, 1976.